

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA

MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Número 19 - 19/08/2025

Monitoramento de medidas comerciais dos Estados Unidos

Com o início de seu segundo mandato, o presidente Donald Trump retomou a política comercial *"America First"*, com foco na revisão e reformulação das práticas comerciais dos Estados Unidos, buscando priorizar os interesses econômicos e de segurança nacional do país.

Nesse contexto, em 13 de fevereiro, foi anunciado o *"Plano Justo e Recíproco"* no comércio, uma iniciativa abrangente voltada a combater desequilíbrios comerciais e reduzir o déficit comercial dos EUA.

PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

19/08/2025: Departamento de Comércio publica [Aviso](#) informando que o *Bureau of Industry and Security* (BIS) está adicionando 407 códigos HTSUS à lista de produtos que serão considerados derivativos de aço ou alumínio. Para esses produtos, as tarifas de aço e alumínio baseadas na Seção 232 serão aplicadas ao conteúdo de aço e alumínio. O conteúdo não relacionado a aço e alumínio permanecerá sujeito às tarifas recíprocas e outras tarifas aplicáveis.

NEGOCIAÇÕES COM TERCEIROS PAÍSES

BRASIL

Em 13 de agosto, o governo brasileiro publicou a [Medida Provisória nº 1.309/2025](#), que institui o Plano Brasil Soberano para apoio às exportações afetadas pelas sobretaxas. Os principais pontos da MP são:

- Criação de linha de crédito de R\$ 30 bilhões para o Fundo Garantidor de Exportações, com foco no financiamento de vendas externas;
- Ampliação das garantias à exportação, com foco em micro, pequenas e médias empresas, e flexibilização das regras do Seguro de Crédito à Exportação (SCE);
- Prorrogação excepcional de tributos no regime de drawback, para empresas afetadas pelas tarifas;
- Autorização para que o Poder Executivo disponha sobre condições e critérios para a concessão de prioridade na restituição de créditos tributários e diferimento de tributos federais;
- Autorização para que União, Estados e municípios adquiram, de forma simplificada, produtos alimentícios taxados, para programas de alimentação escolar e hospitalar;
- Compromissos de manutenção ou ampliação de empregos como contrapartida para acesso ao

crédito;

- Criação do Peac-FGI Solidário, com garantias específicas para empresas exportadoras e municípios em calamidade pública.

Algumas medidas ainda necessitam de regulamentação infralegal, como o diferimento do pagamento de tributos federais e a priorização no ressarcimento de saldo credor de tributos federais.

Em 15 de agosto, por meio de [comunicado](#)¹ na Organização Mundial do Comércio (OMC), os EUA aceitaram o pedido do Brasil para consultas sobre as tarifas impostas por Trump. No documento, o governo dos EUA consideram que algumas das ações citadas pelo Brasil são questões de segurança nacional não suscetíveis de revisão ou de resolução por meio de solução de controvérsias na OMC, porém, aceitam o pedido para iniciar consultas.

Em 18 de agosto, no prazo final da consulta pública da investigação sob a Seção 301 sobre o Brasil, o governo brasileiro protocolou sua [manifestação](#)². No documento, o Brasil nega as alegações feitas no aviso de investigação, e sustenta que seus atos, políticas e práticas não são discriminatórias ou onerosas para o comércio dos EUA. Após aprofundar em cada um dos seis tópicos, o governo brasileiro solicita o início de um diálogo construtivo com o USTR, e destaca que as medidas unilaterais previstas na Seção 301 correm o risco de minar o sistema multilateral de comércio e podem ter consequências para as relações bilaterais. Por fim, se coloca aberto a consultas e reafirma o compromisso do governo em “resolver as preocupações comerciais por meios cooperativos e legais.”



ÍNDIA

Em 19 de agosto, em [entrevista a CNBC](#), o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, acusou a Índia de lucrar com importações baratas de petróleo russo durante a guerra na Ucrânia, além de revendê-lo como produto.

No mesmo dia, a Índia suspendeu temporariamente uma tarifa de importação de 11% sobre o algodão até 30 de setembro, como resposta a demanda do setor de vestuário que vem enfrentando uma tarifa de 50% dos EUA. A medida ocorreu após o cancelamento da visita planejada de negociadores comerciais dos EUA a Nova Déli, que ocorreria de 25 a 29 de agosto.

IMPACTOS MACROECONÔMICOS E FINANCEIROS

- O índice de preços ao produtor dos EUA, que mede a variação nos preços de venda recebidos pelos produtores nacionais por sua produção, registrou o maior avanço mensal desde março de 2022 ao avançar 0,9% em julho, acumulando crescimento de 3,3% em 12 meses. Esse índice é importante por ser um antecedente da inflação ao consumidor e por monitorar pressões de custos.
- No Brasil, o real continua a se valorizar em relação ao dólar. Na variação semanal, a moeda brasileira se valorizou 0,6% em relação à moeda americana. Em 2025, a moeda brasileira já acumula valorização de 12,9%.
- Esse movimento acompanha a desvalorização do dólar no cenário global. O índice DXY, que mede o poder de compra do dólar frente a uma cesta de moedas internacionais, recuou 0,3% na variação semanal e acumula desvalorização de 9,8% em 2025.

¹ WT/DS640/2

² USTR-2025-0043-00117802.

ATUAÇÃO DA CNI

Posicionamentos e Contribuições:

- Reunião conjunta dos mecanismos empresariais da CNI (CEB e CFB) com representantes do MRE para atualizar o setor privado sobre as linhas gerais de argumentação do Brasil na investigação do Brasil sob a Seção 301.
- Envio de contribuição para a consulta pública da investigação da Seção 301 sobre o Brasil. Em linhas gerais, a CNI argumenta que as preocupações identificadas pelo USTR não justificam medidas restritivas ao comércio nos termos da Seção 301, já que o Brasil não adota políticas e práticas que prejudiquem a competitividade ou discriminem empresas norte-americanas, e defende o uso de canais cooperativos para preservar uma relação comercial equilibrada e benéfica entre os dois países.

Missão aos EUA:

- No início de setembro, a CNI realizará uma nova missão empresarial aos EUA, liderada pelo presidente da instituição, Ricardo Alban, com o objetivo de ampliar os canais de diálogo com o setor privado norte-americano e influenciar as relações econômicas entre Brasil e EUA.

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA: MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação | Diretor: Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor Adjunto: Mário Sérgio Carraro Telles | Superintendência de Economia | Gerência de Análise Econômica | Gerente: Marcelo Souza Azevedo | Equipe: Rafael Sales Rios | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha | Superintendência de Relações Internacionais | Superintendente: Frederico Lamego de Teixeira Soares | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Equipe: Pietra Mauro e Ronnie Pimentel

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

**A INDÚSTRIA CRIA.
A INDÚSTRIA É MAIS.**

CNI Confederação
Nacional
da Indústria